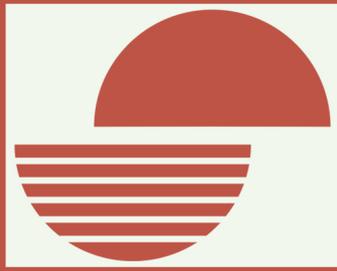
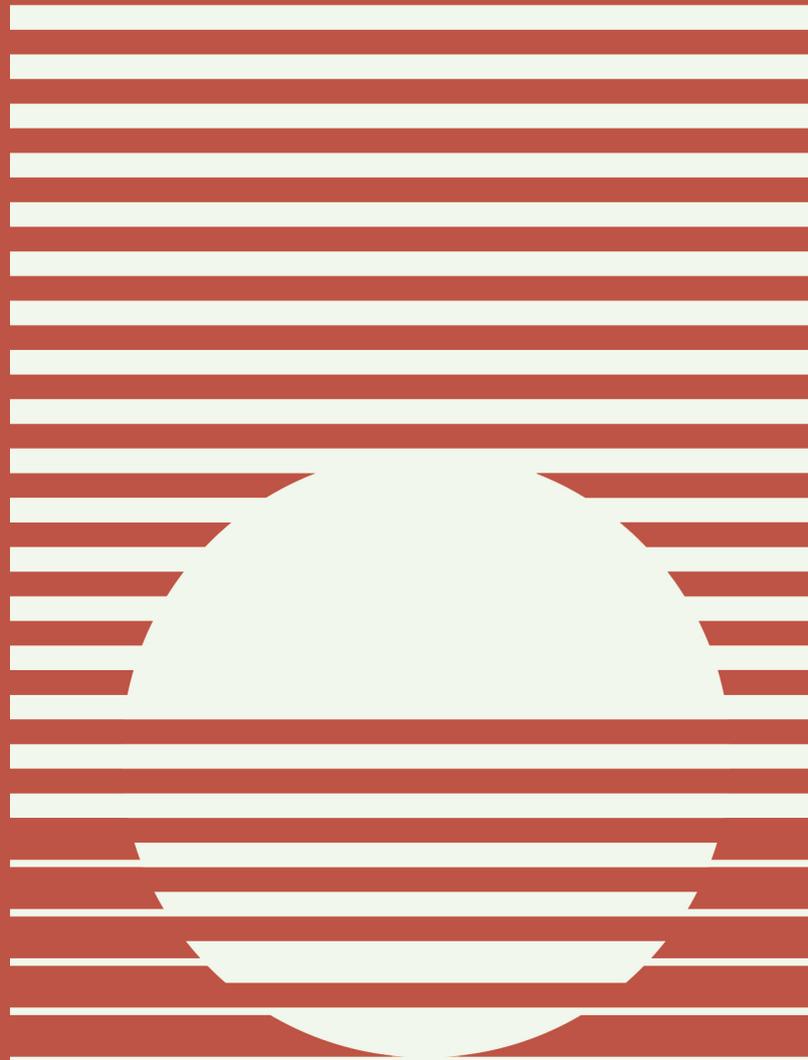


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



08
2023

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editora Executiva: Kethlyn Gabi Winter da Silva

Editor Adjunto: Felipe Vidal Benvenuto Alberto

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, Beatriz Santos, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Campbell, Guilherme France, Guilherme Fritz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Kethlyn Winter, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Nathalia de Oliveira, Pedro Lange Netto Machado, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

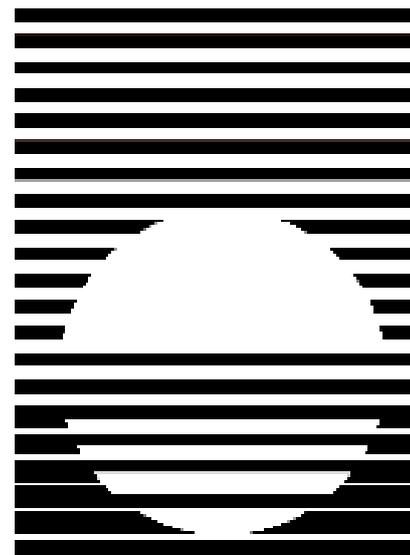
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Lula participa de cúpula da CPLP e visita Angola
Países amazônicos revitalizam a Organização do Tratado de
Cooperação Amazônica

Página 05

Falta de consenso limita metas objetivas entre os países da OTCA
Extrema-direita lidera as eleições primárias para presidente
na Argentina
Estado argentino é convidado a participar dos BRICS e ato
recebe críticas de presidentiáveis

Página 06

Santiago Peña assume a presidência do Paraguai
Pedágio na hidrovia Paraná-Paraguai gera desentendimentos
entre Paraguai e Argentina

Página 07

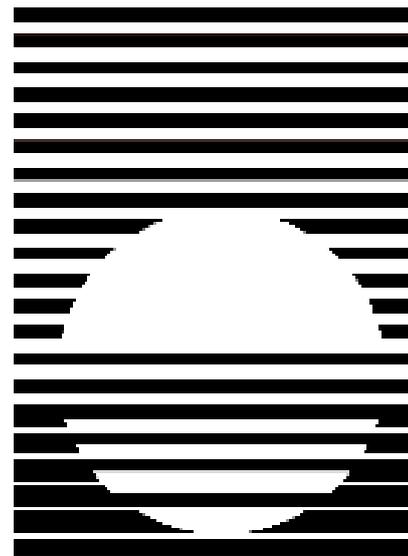
Direção do partido de Luis Arce rompe com presidente boliviano
Primeiro turno das eleições gerais no Equador é marcado
por violência

Página 08

Peru assume presidência pro tempore da Aliança do Pacífico
Presidente da Guiana recebe visita inédita de liderança internacional
Cúpula dos BRICS na África do Sul estabelece expansão do bloco

Página 09

Índia propõe inclusão da União Africana ao G20 durante cúpula
dos BRICS
Após morte de Prigozhin, Kremlin busca novo líder para
Grupo Wagner



Lula participa de cúpula da CPLP e visita Angola

Após participar da cúpula do BRICS, entre 22 e 24 de agosto, na África do Sul, Lula viajou para Angola, nos dias 25 e 26 de agosto. Foram realizadas duas reuniões bilaterais com o presidente angolano, João Manuel Lourenço e assinados acordos de cooperação nas áreas de agricultura, processamento de dados, apoio a pequenas e médias empresas, saúde e educação. O acordo em saúde teve destaque na agenda e prevê o investimento de R\$ 9 milhões para enfrentar a hanseníase em Angola. O Ministério da Saúde brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Universidade de Brasília ajudarão o país africano a construir uma estratégia nacional de combate à doença, transferir conhecimento, estruturar um sistema de notificação e capacitar profissionais. Em seguida, Lula viajou para São Tomé e Príncipe, onde participou da cúpula da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 27 de agosto. A declaração final também contou com um destaque à diplomacia da saúde brasileira. A Fiocruz e a ABC se disponibilizaram a atuar para fortalecer o sistema de saúde de países-membros do bloco por meio de projetos no campo da vigilância epidemiológica que incluam a capacitação de técnicos, a organização de laboratórios e o fornecimento de diagnósticos moleculares e testes rápidos voltados para prevenção e preparação de resposta a pandemias. Além disso, a CPLP aprovou a criação de uma Direção de Assuntos Econômicos e Empresariais, com o objetivo de ter uma relação mais próxima com o setor privado. A Agência Brasileira de Promoção a Exportações (APEX) participou das conversas sobre a formação do órgão.

Fontes: [UOL](#), 25/08/2023; [Valor Econômico](#), 25/08/2023; [GOV.BR](#), 27/08/2023.

Países amazônicos revitalizam a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Em 8 e 9 de agosto, presidentes e outras autoridades dos oito países sul-americanos que abrigam a floresta amazônica se reuniram na cidade de Belém para a IV cúpula de chefes de Estado dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978. O encontro produziu a Declaração de Belém, documento com 110 compromissos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Entre as medidas, prevê-se o fortalecimento da Organização do

Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), criada em 1995, e a reativação de suas comissões temáticas para Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Saúde, Educação, Infraestrutura e Comunicações, Assuntos Indígenas, Transporte e Turismo, além da criação de novas comissões, como a de Segurança Pública. A declaração também elogiou a criação do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia e as seguintes iniciativas foram anunciadas: um Foro de Cidades Amazônicas; um painel técnico-científico para a produção de dados ambientais; um mecanismo de diálogo entre governos e povos indígenas; um sistema integrado de controle aéreo e a institucionalização do Parlamento Amazônico (Parlamaz). Além dessas propostas, os países almejam construir posições comuns em fóruns internacionais, sobretudo para exortar os países desenvolvidos a cumprirem promessas de financiamento climático. Críticas ao descumprimento destas promessas também foram expressas em um comunicado conjunto, denominado Unidos por Nossas Florestas e assinado pelos líderes sul-americanos e por representantes da Indonésia, da República do Congo e da República Democrática do Congo. Em preparação à cúpula, o Instituto Rio Branco, ligado ao Itamaraty, organizou o I Curso sobre Diplomacia Amazônica para Jovens Diplomatas dos Países-Membros da OTCA, entre 31 de julho e 3 de agosto. A cúpula presidencial foi precedida, em 7 de agosto, por diversos eventos: uma reunião dos Ministérios de Relações Exteriores e de Meio Ambiente dos países da organização; uma reunião dos Altos Dirigentes de Polícia Sobre Crimes na Amazônia, organizada pela Polícia Federal brasileira; uma assembleia extraordinária do Parlamaz; e o anúncio de uma linha de financiamento de R\$ 4,5 bilhões pelo BID e pelo BNDES a microempreendedores, pequenas e médias empresas da Amazônia. Por sua vez, nos dias 4 a 6 de agosto, aconteceram os Diálogos Amazônicos, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência, englobando uma série de 300 eventos com a participação de 27 mil pessoas da sociedade civil e de órgãos de Estado. Os Diálogos produziram diversas propostas, consolidadas em seis relatórios entregues aos chefes de Estado. Também foi lançada a Carta dos Povos Indígenas da Bacia da Amazônia, pedindo a proteção das economias indígenas, a demarcação de territórios, o direito à consulta sobre projetos que afetam as comunidades e a criação de zonas de exclusão da exploração de petróleo, incluindo a foz do Rio Amazonas.

Fontes: [APIB](#), 07/08/2023; [GOV.BR](#), 08/08/2023; [GOV.BR](#), 08/08/2023; [GOV.BR](#), 09/08/2023.

Falta de consenso limita metas objetivas entre os países da OTCA

Entre os dias 08 e 09 de agosto, ocorreu a Cúpula da Amazônia, em Belém, capital do estado do Pará. A “Declaração de Belém” elenca os principais resultados da reunião. Apesar de possuir mais de cem pontos, a falta de consenso entre presidentes sobre a necessidade de barrar novas explorações de petróleo na região amazônica não permitiu que metas concretas constassem no documento. Apenas o presidente colombiano, Gustavo Petro, foi veementemente contra novos projetos de exploração, reforçando que o planeta necessita deixar de utilizar petróleo, carvão e gás. Petro criticou ainda a posição de governos de esquerda que defendem a exploração. É importante ressaltar que, apesar de ser o segundo maior produtor de petróleo na região – atrás apenas do Brasil –, apenas 11% do petróleo colombiano é produzido na região amazônica, o que facilita o posicionamento. Por sua vez, o governo brasileiro discute a possibilidade de permitir que a Petrobras realize pesquisas para compreender a viabilidade de extração em novos campos de petróleo na foz do Amazonas. Dado estes embates, o texto final acordado entre os países-membros foi o de iniciar diálogos sobre a sustentabilidade de setores como hidrocarbonetos e mineração. Ademais, outro ponto que não gerou consenso foi o posicionamento do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, de buscar um compromisso dos países em acabar com o desmatamento até 2030. Venezuela e Bolívia não se posicionaram favoravelmente. No caso da Bolívia, presidida por Luis Arce, a perda de florestas primárias na região aumentou em cerca de 32% em 2022. Como resultado, a falta de consensos sobre exploração de petróleo e desmatamento se refletiu na ausência de ações imediatas, com metas e prazos comuns, para que a floresta não chegue ao ponto de não retorno, isto é, quando a Amazônia não se sustentaria sozinha – apesar de os Estados expressarem que é preciso evitá-lo na Declaração de Belém.

Fontes: [UOL](#), 07/08/2023; [G1](#), 08/08/2023; [G1](#), 08/08/2023; [El Colombiano](#), 08/08/2023; [G1](#), 09/08/2023; [El País](#), 19/08/2023; [Nexo](#), 26/08/2023.

Extrema-direita lidera as eleições primárias para presidente na Argentina

O candidato Javier Milei, da coalizão de extrema direita Libertad Avanza, foi o mais votado nas eleições primárias para presidente na Argentina, conquistando

29,8% dos votos. O resultado foi surpreendente, já que, na maioria das pesquisas de opinião, a chapa aparecia em terceiro lugar. As propostas de Milei combinam elementos ultraliberais, como o fim do Banco Central e a dolarização da economia, com elementos conservadores, como o fim do aborto legal e do casamento homoafetivo, além de considerar as mudanças climáticas uma “farsa da esquerda”. No discurso após o resultado, Milei afirmou que a “justiça social é uma aberração”. Na segunda colocação, ficou a coalizão Juntos por el Cambio, com 28%, que será liderada por Patricia Bullrich, ex-ministra da Segurança Nacional no governo de Mauricio Macri. A plataforma de Bullrich propõe endurecer as políticas de combate à criminalidade e flexibilizar o controle do Estado sobre a economia. A coalizão peronista, Unión por la Pátria, aparece logo atrás, tendo recebido 27,28% dos votos, e terá Sergio Massa, atual ministro da Economia, como candidato. O maior obstáculo para a chapa governista é a crise econômica, com a inflação atingindo o patamar de 115,16%, no acumulado dos últimos 12 meses. Todas as demais coalizões ficaram com menos de 4%. O comparecimento foi de 69,6%, sendo 4,8% de votos brancos e 1,2% de nulos. As eleições primárias, conhecidas como PASO, são obrigatórias e definem os candidatos que concorrerão à presidência. O primeiro turno acontecerá no dia 22 de outubro. Será eleito o candidato que consiga 45% do total de votos ou que conquiste 40%, com uma vantagem de 10 pontos percentuais em relação ao segundo colocado. Caso contrário, no dia 18 de novembro, haverá segundo turno, no qual concorrerão os dois mais bem colocados.

Fontes: [Clarín](#), 14/08/2023; [Infobae](#), 29/08/2023; [Cronista](#), 31/08/2023; [Página 12](#), 01/09/2023.

Estado argentino é convidado a participar dos BRICS e ato recebe críticas de presidentes

No dia 24 de agosto, a Cúpula dos BRICS foi concluída pelo presidente da África do Sul Cyril Ramaphosa, em Johannesburg. O grupo, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, aprovou a incorporação de seis novos países: Argentina, Irã, Arábia Saudita, Etiópia, Egito e Emirados Árabes Unidos, que se tornarão membros do grupo a partir de janeiro de 2024. No mesmo dia, o presidente Alberto Fernández formalizou através de um vídeo a entrada do país no grupo de economias emergentes. No vídeo, Fernández disse que a entrada nos BRICS

“é um objetivo coerente com a busca de projetar o país como um interlocutor-chave e um potencial articulador de consensos em colaboração com outras nações”. O presidente também ressaltou que ingressar no grupo significa fazer parte de um bloco que representa 24% do PIB global, 16% das exportações e 15% das importações mundiais de bens e serviços. Além disso, afirmou que os países membros do bloco apoiam a Argentina na reivindicação de soberania sobre as Ilhas Malvinas. Mesmo o governo sendo a favor, o tema tornou-se alvo da campanha eleitoral no país e recebeu duras críticas de alguns de seus atuais candidatos. Pouco após o anúncio, Patricia Bullrich, candidata à presidência pelo Juntos pela Mudança, anunciou que, se for eleita, se oporá à entrada da Argentina nos BRICS. A candidata afirmou que “o atual presidente está em uma situação de enorme debilidade e sem exercer seu cargo, acabou comprometendo o país a ingressar nos BRICS, no momento que uma guerra se desenvolve na Ucrânia, e junto com o Irã, país com o qual ainda há uma ferida aberta”. Disse também que acredita numa ordem internacional baseada em regras para preservar a paz e o respeito pelo direito internacional e que a Argentina sob seu governo não estará nos BRICS. O candidato mais votado nas eleições primárias, Javier Milei, também expressou sua rejeição ao bloco. Afirmou que não negociará com China ou Brasil e disse que “quer que o setor privado seja capaz de negociar com quem quiser”. Para além, o candidato também disse que seu alinhamento geopolítico é com os Estados Unidos e Israel e que “não se alinhará com os comunistas.

Fontes: [Clarín](#), 24/08/2023; [Clarín](#), 24/08/2023; [Infobae](#), 24/08/2023; [Infobae](#), 24/08/2023; [Página 12](#), 24/08/2023; [Página 12](#), 24/08/2023.

Santiago Peña assume a presidência do Paraguai

No dia 15 de agosto, Santiago Peña, do Partido Colorado, assumiu o cargo de presidente do Paraguai, em mandato que irá até 2028. Para o cargo de vice-presidente, foi eleito o político e empresário Pedro Alliana. Na tomada de posse, estiveram presentes diversos líderes e representantes de Estados, com destaque para os sul-americanos Luiz Inácio Lula da Silva, Luis Lacalle Pou, Alberto Fernández, Luis Arce e Gabriel Boric. Além destes, também participaram o rei Felipe VI da Espanha e representantes de Taiwan e São Vicente e Granadinas. Em seu discurso, o

qual teve uma parte lida em guarani, Peña afirmou que buscará melhorar a qualidade de vida do povo paraguaio e que trabalhará para que o mundo veja “o renascimento de um gigante”. Em termos de política externa, discursou que o Paraguai se baseia “no respeito aos interesses nacionais, na diplomacia efetiva, na promoção do comércio e do investimento, no desenvolvimento de capacidades, na segurança nacional e na promoção de nossos valores e interesses no cenário internacional”. Para tanto, mesmo antes do novo governo assumir, articulações internacionais já estavam se desenrolando, com destaque para a relação com Jerusalém, que reabrirá embaixada em Assunção, enquanto o Paraguai mudará a representação diplomática de Tel-Aviv para Jerusalém. Após a posse, diferentes Estados mostraram sua disposição em reforçar os laços bilaterais com o Paraguai, como foi o caso do Reino Unido, dos Emirados Árabes Unidos, de Taiwan, do Japão e do Brasil. Peña também anunciou nomeações importantes no campo da política externa, como nos casos de Rubén Ramírez Lezcano (Ministério de Relações Exteriores), que já havia ocupado o mesmo cargo de 2006 a 2008, no governo de Nicanor Duarte; Rolando de Barros Barreto (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), que desempenhou a mesma função nos governos de Horacio Cartes e Mario Abdo Benítez; e o general Óscar González (Ministério da Defesa), que já foi comandante do Exército e chefe do gabinete militar desse mesmo ministério. Por fim, foram designados os diretores da Itaipú Binacional e da Hidrelétrica de Yacyretá, respectivamente, Justo Zacarías, que trabalhou em diferentes cargos em Itaipú por 21 anos, e Luis Benítez, que já foi governador e deputado do departamento de Ñeembucú.

Fontes: [ABC Color](#), 07/08/2023; [La Nación](#), 15/08/2023; [La Nación](#), 15/08/2023; [G1](#), 15/08/2023; [CNN Brasil](#), 15/08/2023; [Hoy](#), 15/08/2023; [La Nación](#), 16/08/2023; [ABC Color](#), 31/08/2023.

Pedágio na Hidrovia Paraguai-Paraná gera desentendimentos entre Paraguai e Argentina

Desde o fim do mês de agosto de 2023, a relação Paraguai-Argentina vem sendo marcada por desentendimentos devido a cobrança de pedágio pelo governo argentino na Hidrovia Paraguai-Paraná. No dia 24 de agosto, o presidente do Paraguai Santiago Peña recebeu Sergio Massa, ministro da Economia e candidato à presidência da Argentina, para uma

agenda bilateral. Dentre as pautas, conversaram sobre esta cobrança. De acordo com o presidente Peña e o chanceler paraguaio Rubén Lezcano, foi acordado durante o encontro um compromisso de suspensão do pedágio pelo período entre 60 e 90 dias, além da convocação de uma reunião de alto nível de ministros para discutir, de maneira unificada e integrada entre Paraguai, Argentina, Brasil, Bolívia e Uruguai, uma resolução sobre o caso. O ministro de transportes da Argentina, Diego Giuliano, entretanto, negou a existência dessa promessa e disse que isso teria sido um mal-entendido por parte das autoridades paraguayas. Em seguida, Santiago Peña reafirmou, à um canal de televisão argentino, que foi feita sim essa promessa. O presidente paraguaio também afirmou que deve haver um entendimento mútuo entre os países para essa cobrança dentro do que foi firmado no tratado internacional. O episódio causou um grande mal-estar entre os países, uma vez que, novamente, Peña e Lezcano se pronunciaram reafirmando suas falas anteriores e complementaram dizendo que a mentira da Argentina terá consequências para toda região. A própria imprensa argentina destacou a incoerência de seu ministro da economia. Diante de todo o contexto, Paraguai, Brasil, Bolívia e Uruguai ratificaram sua rejeição à cobrança do pedágio realizada pela Argentina e solicitaram, durante a XLIX Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, a suspensão imediata do mesmo até que o governo argentino comprove que realiza serviços efetivos para o fluir da navegação da hidrovia.

Fontes: [La Nación](#), 24/08/2023; [La Nación](#), 24/08/2023; [ABC Color](#), 25/08/2023; [ABC Color](#), 25/08/2023; [ADN Paraguayo](#), 25/08/2023; [ADN Paraguayo](#), 25/08/2023; [ADN Paraguayo](#), 31/08/2023; [ABC Color](#), 31/08/2023.

Direção do partido de Luis Arce rompe com presidente boliviano

Em agosto, a direção nacional do Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP), partido de Luis Arce, presidente boliviano, e de Evo Morales, ex-presidente, declarou que estavam rompidas as relações entre o partido e Arce. A declaração, feita no dia 16, diz que “aqui acabou tudo”, fazendo referência ao fim da relação entre o político e o partido. Além disso, chama Arce de traidor. A direção nacional do partido, dominada por setores “evistas”, justifica a decisão com a acusação de que o governo de Arce perseguiria judicialmente Morales, na tentativa de impedi-lo de

se candidatar à presidência para as próximas eleições, a serem realizadas em 2025. Além disso, a direção do partido também declarou que, caso Arce queira ser candidato à reeleição, deverá fazê-lo por outro partido. A declaração ocorre depois de mais de um ano de crise interna do MAS, rachado entre setores “evistas” e “arcistas”. A crise se acentuou após as recentes denúncias de corrupção de Morales contra Iván Lima, atual Ministro da Justiça, que, por sua vez, abriu um processo contra o ex-presidente por difamação.

Fontes: [La Razón](#), 16/08/2023; [La Razón](#), 17/08/2023; [El País](#), 22/08/2023.

Primeiro turno das eleições gerais no Equador é marcado por violência

O mês de agosto de 2023 foi marcado por incidentes violentos no Equador, promovidos por narcotraficantes contra candidatos à presidência da República, em demonstração de força frente às instituições de segurança e ao sistema carcerário do país. Em 9 de agosto, o candidato Fernando Villavicencio, indicado como segundo colocado em algumas pesquisas, foi assassinado na saída de um comício na capital, Quito. Em resposta, o presidente Guillermo Lasso declarou estado de segurança por sessenta dias. Em 20 de agosto, ocorreram as Eleições Gerais Antecipadas, onde os cidadãos equatorianos votaram para presidência da República, para os representantes legislativos nacionais e provinciais, além de uma consulta popular nacional sobre a exploração de petróleo na região amazônica de Yasuní e outra consulta regional sobre a mineração no território do Choco Andino. A candidata Luisa González, do partido Revolución Ciudadana, e o candidato Daniel Noboa, da coligação Acción Democrática Nacional, foram os primeiros colocados da eleição presidencial e irão para o segundo turno, recebendo 33,3% e 23,6% dos votos. Nas eleições legislativas nacionais, o resultado favoreceu o Revolución Ciudadana, que recebeu 39,4% dos votos, percentual superior aos 32,12% da eleição de 2021. A segunda maior bancada da Assembleia Nacional pertencerá ao pela Alianza Gente Buena, com 20,7%, seguida pelas bancadas da Alianza ADN, PID y Mover, com 14,8%, pelo Partido Social Cristiano, com 11,8% dos votos. As demais coligações e/ou partidos juntos receberam menos de 15% dos votos apurados. Os referendos sobre exploração de petróleo, na região de Yasuní, e de mineração, no Choco Andino, favoreceram a proibição das atividades extrativistas. No dia 31 de

agosto, dois atentados a bomba e outros com granada ocorreram em Quito. Além disso, a primeira colocada no primeiro turno, Luisa González sofreu ameaças, o que lhe rendeu proteção especial das Forças Armadas. No dia seguinte, 1º de setembro, teve início uma rebelião de prisioneiros coordenada em seis presídios diferentes. Mais de cinquenta agentes de segurança foram feitos reféns, o que ampliou a percepção geral de insegurança no país.

Fontes: [El Telegrafo](#), 09/08/2023; [El Tiempo](#), 09/08/2023; [Expreso](#), 20/08/2023; [Expreso](#), 20/08/2023; [Ecuavisa](#), 21/08/2023; [El Deber](#), 21/08/2023; [France 24](#), 21/08/2023; [El Mercurio](#), 31/08/2023; [El Mercurio](#), 02/09/2023.

Peru assume presidência pro tempore da Aliança do Pacífico

No dia 1 de agosto de 2023, o Peru assumiu a presidência pro tempore da Aliança do Pacífico, bloco integrado pelo país junto à Colômbia, México e Chile. O cargo foi anteriormente ocupado pelo México, sob a liderança do seu presidente, Andrés Manuel López Obrador (AMLO). A transferência para o Peru deveria ter ocorrido no mês de janeiro deste mesmo ano, mas desavenças entre AMLO e a presidente peruana Dina Boluarte - como o não-reconhecimento do governo de Boluarte por parte do México - culminaram na sucessão temporária da presidência pro tempore da Aliança do Pacífico pelo Chile, de modo a evitar a paralisação do bloco. Após o período de ocupação temporária do cargo pelo governo chileno, a chanceler peruana Ana Gervasi realizou uma viagem oficial a Santiago do Chile, para a cerimônia de transferência da presidência da Aliança do Pacífico ao Peru. Após a posse, no dia 11 de agosto, a presidente Dina Boluarte se pronunciou no Palácio de Governo, em Lima, sobre os principais objetivos a serem alcançados pelo país enquanto Presidente pro tempore do grupo. Dentre as metas discutidas, Boluarte enfatizou o incentivo à cooperação comercial e econômica do bloco, sobretudo a internacionalização de micro e pequenas empresas e o empoderamento econômico de mulheres. Ademais, o anseio por firmar o acordo de livre-comércio entre a Aliança do Pacífico e a Coreia do Sul também foi parte do discurso da presidente, além do estímulo à adesão de Singapura como Estado associado ao grupo.

Fontes: [El Comercio](#), 01/08/2023; [Infobae](#), 01/08/2023; [Gestión](#), 01/08/2023; [La República](#), 02/08/2023; [Gestión](#), 11/08/2023.

Presidente da Guiana recebe visita inédita de liderança internacional

Nos dias 29 e 30 de agosto, o ex-primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, visitou a Guiana pela primeira vez e encontrou-se com o presidente Irfaan Ali, tendo as questões ambientais como pauta central. O presidente da Guiana considera que o país realiza contribuições significativas no combate à degradação ambiental, pois cerca de 85% do território é coberto por florestas. Irfaan Ali argumentou que o preço pela tonelada de carbono retido deveria ir de US\$7,00 para US\$70,00, medida que poderia contribuir com a Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono (LCDS), plano do governo da Guiana lançado em 2009 e atualizado durante a atual gestão. A vinda de Tony Blair ocorre em um contexto no qual o país tem, por um lado, recebido atenção internacional devido às jazidas de petróleo descobertas em 2015 e, por outro lado, enfrenta instabilidades políticas. Esse contexto também gerou a manifestação de outras lideranças internacionais. No dia 29 de agosto, a Embaixadora estadunidense na Guiana, Sarah-Ann Lynch, reforçou a disposição dos Estados Unidos em contribuir para um bom relacionamento entre as forças políticas na Guiana, após o acirramento das divergências entre Irfaan Ali e o líder da oposição, Aubrey Norton. Em 30 de agosto, Ali respondeu a algumas perguntas durante um evento em uma base militar em Georgetown e deixou claro que tinha responsabilidade com todos os guianenses, mas que não via motivos para articular uma aproximação com a oposição.

Fontes: [Ministry of Foreign Affairs](#), 29/08/2023; [Caribbean Loop News](#), 29/08/2023; [Guiana](#), 30/08/2023; [Sophia Point](#), 30/08/2023; [Demerara Waves](#), 30/08/2023; [Guyana Chronicle](#), 31/08/2023.

Cúpula dos BRICS na África do Sul estabelece expansão do bloco

Entre os dias 22 e 24 de agosto, realizou-se a 15ª Cúpula dos BRICS, organizada pela África do Sul na cidade de Joanesburgo. Esse foi o primeiro encontro presencial de líderes do bloco desde a pandemia de Covid-19. Estiveram presentes o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, o presidente da China, Xi Jinping, e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. O presidente da Rússia, Vladimir Putin, participou apenas por videoconferência

em razão do mandado de prisão expedido pelo Tribunal Penal Internacional, que teria que ser cumprido pela África do Sul, por ser signatária do tratado que instituiu o Tribunal. Entre os tópicos debatidos no encontro estavam a governança global, a recuperação econômica, a cooperação entre países em desenvolvimento, o combate à fome, as mudanças climáticas e a transição energética. Como resultado de maior relevo da Cúpula, destaca-se a expansão aprovada pelo bloco, que, a partir de 1º de janeiro de 2024, passará a contar com seis novos membros plenos: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Essa é a primeira expansão do bloco desde a incorporação da África do Sul em 2011 e os novos países terão os mesmos direitos que seus membros originais. A expansão foi defendida principalmente por Pequim, em um movimento visto pelo ocidente como tentativa de criar um bloco rival ao G7. Países como o Brasil e a Índia aceitaram a expansão, mas apresentaram ressalvas, buscando extrair contrapartidas que os beneficiassem também, além da inclusão de aliados regionais. Como resultado das negociações, no documento final, foi declarado apoio do bloco à reforma do Conselho de Segurança da ONU, com endosso às pretensões de Brasil, Índia e África do Sul.

Fontes: [CNN Brasil](#), 22/08/2023; [CNN Brasil](#), 24/08/2023; [G1](#), 24/08/2023; [Poder360](#), 24/08/2023; [The Moscow Times](#), 29/08/2023.

Índia propõe inclusão da União Africana ao G20 durante cúpula dos BRICS

No dia 23 de março de 2023, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, discursou aos líderes do BRICS, durante a cúpula em Joanesburgo e pediu apoio à proposta indiana de inclusão da União Africana (UA) no G20. Modi já havia manifestado a esperança de que esta proposta fosse apoiada pelos países do BRICS, mas enfatizou a relevância de dar voz e maior prioridade ao Sul Global ao incluir a União Africana ao G20, destacando a importância dessa inclusão para promover uma representação mais justa e equitativa do bloco, sob o argumento de que seis das 12 nações que mais crescem são africanas. Sobre a origem da proposta, ela teria surgido após o encontro da cúpula da Voice of the Global South que ocorreu em janeiro desse ano, envolvendo mais de 125 países. Modi escreveu aos líderes do G20 solicitando a adesão plena da UA no próximo encontro do grupo em Deli, que acontecerá em setembro. Vale destacar

que a Índia tem dado uma atenção maior às relações diplomáticas com os países africanos nos últimos anos e tem se colocado como um parceiro “próximo e confiável” na jornada para tornar a África uma potência global no âmbito da Agenda 2063. Durante seu discurso na cúpula dos BRICS, o líder indiano também destacou diversos aspectos das relações Índia-África, inclusive o fato da Índia ser o quarto maior parceiro comercial de África e o quinto maior investidor. Ainda sobre a agenda de Modi na África, o primeiro-ministro aproveitou o aniversário de 30 anos das relações diplomáticas entre Índia e África do Sul e se encontrou com o presidente sul africano Cyril Ramaphosa, quando procuraram revisar as relações bilaterais e discutir parcerias.

Fontes: [The Indian Express](#), 10/06/2023; [The Indian Express](#), 18/06/2023; [Hindustan Times](#), 23/08/2023; [The Times of India](#), 23/08/2023; [The Indian Express](#), 24/08/2023; [The Times of India](#), 24/08/2023.

Após morte de Prigozhin, Kremlin busca novo líder para Grupo Wagner

Um acidente aéreo, ainda não esclarecido pelas autoridades russas, vitimou Yevgeny Prigozhin, líder do Grupo Wagner, Dmitry Utkin, ex-oficial das Forças Armadas da Federação Russa e um dos fundadores do Grupo, apontado frequentemente como o verdadeiro líder no campo de batalha. Em rápido pronunciamento, alguns dias depois do ocorrido, Putin prestou condolências aos familiares dos dez indivíduos que ocupavam o avião particular que sofreu a queda. No entanto, o presidente russo optou por não individualizar sua fala e em nenhum momento citou Prigozhin e/ou Utkin nominalmente. O presidente belarusso, Aleksandr Lukashenko, tem insistido na ideia de que a presença de mercenários em seu território não gera ameaça formal aos países da OTAN, alegando estar tudo sob estrito controle governamental. Já nos EUA, o Pentágono tem trabalhado para mapear a presença de ex-combatentes do Grupo Wagner em outros países, a fim de mitigar possíveis ofensivas. No continente africano, onde a presença de mercenários do Wagner se tornou uma constante em Moçambique, no Mali, na Líbia, no Sudão e na República Centro-Africana, o governo russo está buscando um novo responsável pelo comando dessas tropas paramilitares. Está longe de ser uma manobra fácil, principalmente pelo fato de dois golpes de Estado terem acabado de eclodir no continente: no Níger e no Gabão. Como o Grupo Wagner tradicionalmente exerce proteção a governos

frágeis em troca de apoio político, há um alto grau de incerteza em todo o processo de reintegração forçada dos mercenários aos quadros oficiais do Kremlin, agravada pelas sucessivas derrotas de Putin aos rituais de sepultamento de Prigozhin.

Fontes: [TASS](#), 24/08/2023; [The Moscow Times](#), 29/08/2023; [TASS](#), 29/08/2023; [The Moscow Times](#), 30/08/2023.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

